

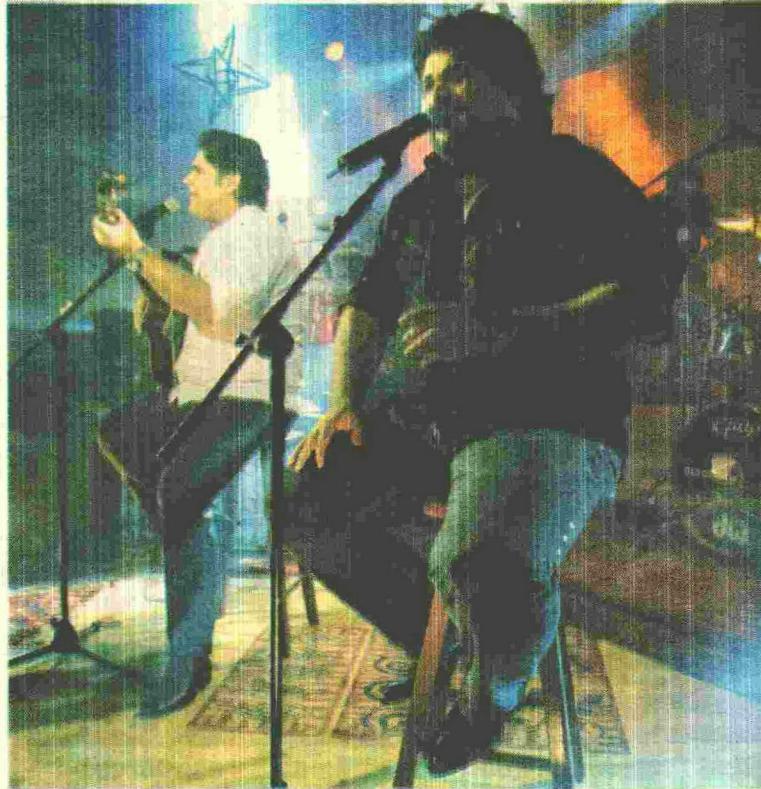
# Farra pode ser ainda maior

Esquema teria movimentado cerca de R\$ 30 milhões em contratações

DA REDAÇÃO

**A**denúncia feita pelo deputado José Antônio Reguffe (PDT) no plenário da Câmara Legislativa na tarde de quarta-feira, sobre possíveis irregularidades na contratação de shows por parte da Secretaria de Cultura e da BrasíliaTur, caiu como uma bomba no Buritinga. Ontem, de uma reunião tensa e fechada, por determinação do governador Arruda, a secretaria afastou temporariamente o Subsecretário de Mobilização e Eventos, Antenor Junior – responsável pelas contratações – e outros servidores envolvidos no possível esquema de superfaturamento de shows.

Porém, a **Tribuna do Brasil** apurou que o escândalo pode ter dimensões ainda maiores que os supostos superfaturamentos denunciados pelo Sindicato dos Músicos do Distrito Federal (Sindimusi/DF). Fontes afirmam que a "farra" dos shows teria movimentado, apenas de maio a novembro deste ano, valores que podem chegar a R\$ 30 milhões nas contratações. O esquema, ainda segundo fontes, contraria com outros nomes não ligados à secretaria:



Show de Cesar Mennoti e Fabiano teria custado R\$ 258 mil

o produtor cultural Marcelo Piana (ex-sócio de Sérgio "Monday"), o assessor de assuntos parlamentares Fábio Simão e um terceiro nome, identificado apenas como Américo, que seria ligado ao deputado Alírio Neto (PPS). A reportagem tentou contato com os três citados, mas não obteve êxito. Outra fonte ligada ao meio artístico confirma o envolvimento dos novos nomes no suposto esquema dos shows.

Segundo o vice-presidente do Sindimusi, Cacá Silva, a entidade já vinha acompanhando as contratações e publicações em Diário Oficial referente aos valores pagos pelos cachês dos

artistas contratados. "Eram muito altos, sou do meio e tinha indícios de superfaturamento", apontou o músico. Um dossiê foi entregue ao deputado Reguffe, na quarta-feira que, no mesmo dia, fez a denúncia na Câmara, caracterizando o possível esquema classificado por ele como "abuso do dinheiro público". "A denúncia é grave e veio acompanhada de provas. Vamos investigar", garantiu.

Nas denúncias apresentadas pelo sindicato, são questionados apenas as contratações das duplas sertanejas César Mennoti e Fabiano – por R\$ 258 mil, sendo que o cachê dos ar-

tistas, segundo Reguffe, não passa de R\$ 100 mil – e Rio Negro e Solimões – por R\$ 198 mil, sendo que o cachê seria de R\$ 98 mil. O Sindimusi questiona ainda a liberação de R\$ 335 mil para a Festa do Morango, em Brazlândia. "Foram shows gratuitos, mas com verbas muito acima dos valores de mercado", garante Cacá. Contudo, fora os eventos já denunciados, outros ainda podem aparecer na lista de shows com possíveis irregularidades. "A Secretaria de Cultura tem cinco dias para nos encaminhar os processos e tudo será analisado. Vamos fazer uma auditoria detalhada em todos os documentos e avaliar, com cautela, se existem culpados", afirmou o Corregedor-geral do DF, Roberto Giffoni.

O Ministério Público do DF foi procurado pela reportagem, mas só vai se pronunciar após recebimento das denúncias no órgão. O Secretário de Cultura, Silvestre Gorgulho, também não falou com a reportagem. A secretaria, contudo, enviou nota à redação para afirmar que, "nos processos de contratação foram observadas todas as normas legais e administrativas, ouvidas as instâncias competentes, a partir de parecer técnico e manifestação favorável da Subsecretaria de Mobilização e Eventos".

De acordo com o Sindimusi, outra pasta, desta vez do Turismo, também teria liberado verba pública para a realização de shows particulares no DF.

Para o Brasília Music Festival Moto (BMFM), foi liberado R\$ 700 mil da BrasíliaTur e para a gravação do DVD do Asa de Águia, R\$ 330 mil vindos da ABAV-DF, por meio de convênio com o Ministério do Turismo. A BrasíliaTur também esclareceu a **Tribuna do Brasil**, por meio de nota, que o evento em questão (o BMFM), se inseriu na proposta da agência de fomentar o turismo no DF e que sua realização trouxe sucesso para a capital, como o aumento, em 40%, da ocupação hoteleira da cidade. "Assim o turismo mostra-se como alternativa de desenvolvimento correta, culturalmente benéfica, socialmente justa e economicamente viável, auxiliando na consolidação e sustentabilidade do DF como destino turístico", completa a nota. A reportagem não consegui contato com a ABAV-DF.

Tanto Cacá Silva quanto o deputado Reguffe contestam a liberação de verba pública para eventos particulares. "É um absurdo. O cidadão não deve pagar para assistir um show que foi feito com o dinheiro dele", criticou o parlamentar. "Com todo respeito, mas divulgar o turismo em Brasília com show da Asa de Águia? Por que não contrataram artistas da cidade, até de renome, como a banda Capital Inicial, entre outros, para gravar um Tributo a Renato Russo, de graça, e distribuir em todo o Brasil", questionou o músico.